



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE CEILÂNDIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

Ana Caroline Pereira Alves

INJUSTIÇA SOCIAL/ OCUPACIONAL: A PERCEPÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Brasília - DF

2018

ANA CAROLINE PEREIRA ALVES

INJUSTIÇA SOCIAL/ OCUPACIONAL: A PERCEPÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília a Banca Examinadora da Faculdade de Ceilândia. Sob orientação da Prof^ª. Dra Josenaide Engracia dos Santos e Co-orientação da Prof^ª. Máira Brito.

Brasília, 05 de dezembro de 2018.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apontar o impacto do processo de injustiça social/ocupacional na história de vida das mulheres negras, considerando a particularidade dessas mulheres e entendendo que em todas as esferas que compõem (movimento negro e feminismo), essa mulher é objeto de opressão. Para isso, foi identificado que na literatura atual o feminismo segue um modelo eurocentrista, que não contempla as mulheres negras, e o movimento negro não conta com estudos da contextualização das histórias em suas escolhas ocupacionais. A metodologia utilizada foi de estudo explicativo através da história de vida das participantes, contando com entrevista semiestruturada. É entendido que a injustiça social/ocupacional está presente em vários aspectos de vida dessas mulheres, sobretudo por estarem em situação de risco e/ou vulnerabilidade, não bastasse enfrentar o sexismo, ainda contam com marcas fortes de racismo, com respaldo de uma omissão estatal.

Palavras-chaves: Mulheres negras; injustiça ocupacional; feminismo e movimento negro.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify the impact of the social/occupational injustice process on the life history of black women, considering the particularity of these women and understanding that in all the spheres that make up (black power movement and feminism), this woman is object of oppression. For this, it was identified that in the current literature feminism follows a Eurocentric model, which does not contemplate the black women, and the black movement does not count on studies of the contextualization of the histories in her occupational choices. The methodology used was an explanatory study through the history of participants, with a semi-structured interview. It is understood that social/occupational injustice is present in many aspects of women's lives, especially because they are at risk and/or vulnerable, it is not enough to confront sexism, they still have strong marks of racism, supported by a state omission.

Key words: Black women; occupational injustice; feminism and black power movement

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. MARCO TEÓRICO.....	7
3. OBJETIVOS.....	11
3.1 Objetivo Geral.....	11
3.2 Objetivos Específicos.....	11
4. METODOLOGIA.....	12
4.1 Tipo de Estudo.....	12
4.2 População/Amostra.....	12
4.3 Instrumento/Procedimentos.....	13
4.4 Análise de Dados.....	13
4.5 Aspectos éticos.....	17
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
5.1 Caracterização das entrevistadas.....	18
5.2 A privação de representatividade negra no mundo social.....	18
5.3 Aspectos Educacionais e de Trabalho.....	21
5.4 Relações Afetivas – A Solidão da Mulher Negra.....	25
5.5 A Mulher Negra na Sociedade Contemporânea.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30
APÊNDICE A.....	34
ANEXOS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Diferente dos EUA que passou por um processo intenso de segregação racial, respaldado pelo Estado e pela intensa repulsa da população branca em aceitar a igualdade de direitos perante os ex-escravos (Guimarães, 1999), no Brasil o racismo é mascarado, apontando o branqueamento da população brasileira e a perda da auto identidade negra como processo de opressão da população negra (Nascimento, 1978). Contribuindo para o déficit de discussões raciais, e fortalecimento do mito da democracia racial.

O mito da democracia racial é utilizado como forma de genocídio da população negra, como opressão e perpetuação do racismo, impossibilitando ao negro auto definição, autodefesa (Ibidem, 1978), e reforçando a culpabilização do negro, respaldados por uma omissão e até mesmo distorção do papel do branco nas relações raciais, subjugando sua influência (Carone, 2002).

Não podemos esquecer que o sistema escravista-patriarcal brasileiro não se constitui sobre bases harmônicas, mas na violência racial e exclusão que se reproduz desde a colonização, até hoje, sendo que a população negra é o alvo, com destaque para mulher negra. As mulheres negras, estão na base da pirâmide social, são pobres, citando Figueiredo (2018) vivenciam o descaso do poder público, que vão desde o acesso à água, saúde, moradia, educação e trabalho. Então, essas mulheres negras lidam com racismo, sexismo e a impossibilidade de escolha ocupacional. Roshan Galvaan, (2012) conceitua como injustiça ocupacional relacionada a aspectos de privação social, econômica e política, que resultam na exclusão de ocupações preferenciais do indivíduo ou em atividades cotidianas.

O fenômeno de injustiça ocupacional engloba a população marginalizada, em situação de risco por abuso de álcool e outras drogas, violência e infraestrutura (Ibidem, 2012), para melhor compreensão do fenômeno faz-se necessário discutir os pressupostos da injustiça ocupacional na história de vida mulheres negras.

A generalização pode ser uma premissa que pode atravessar o conceito de injustiça ocupacional quando está relacionado a um conjunto de crenças, valores e ideias que restringem a

participação cotidiana e a cidadania no que Townsend & Wilcock (2004) conceitualmente descreveram como fazer, ser, tornar-se e pertencer através da ocupação. A injustiça ocupacional também está relacionada com a saúde, um recurso a ser alcançado na vida cotidiana de todos, não só daqueles que são privilegiados na sociedade, possibilitando o desenvolvimento de um ambiente de apoio para se alcançar a equidade em saúde e para somar esforços àqueles presentes na discussão sobre os determinantes sociais de saúde (Townsend & Marval, 2013).

Ainda segundo as autoras, injustiça ocupacional persiste na hegemonia da ordem social dominante, e atinge aqueles que estão isolados e carentes das ocupações que necessitam para manter sua saúde física, mental e espiritual, ou que não têm serviços de apoio. E a mulher negra se enquadra no que tem sido discutido no conceito da Ciência da Ocupação como injustiça ocupacional. O estudo busca investigar o conceito de injustiça social/ocupacional no cotidiano dessas mulheres mediante suas histórias.

2.MARCO TEÓRICO

O mercado de trabalho brasileiro nasce excludente a um grande contingente da população brasileira egressa da condição escrava. De um lado o avanço rumo à libertação da população, do outro o descaso público com a inserção social do negro. A libertação só veio na forma da alforria, já que coube ao negro se refugiar no que hoje entendemos por “setor informal”: Criando dessa forma o trabalho livre, criaram-se também no país condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje “setor informal” (Theodoro, p. 39, 2008).

Para Theodoro, o Estado implementou políticas racistas para modificar o quadro racial da força de trabalho, e simultaneamente consolida a ideologia do Brasil moderno e do progresso “não comportava a visão do pobre, sobretudo do pobre negro,” essa mesma sociedade precisa do pobre e da desigualdade, fazendo destas uma espécie de ponto de apoio de sua reprodução” (Ibidem, 2008, p.40). É a elite que afirma a inferioridade do negro precisa da sua existência, da pobreza e desigualdade para existir enquanto classe privilegiada. Nesse panorama incluímos os conceitos de injustiça ocupacional utilizada pela Terapia Ocupacional

O conceito de injustiça ocupacional foi inicialmente pensado por Townsend e Wilcock (1997), buscando entender como a ocupação influencia na saúde, bem-estar e justiça, através da identificação dos impactos de fatores de alienação, privação, marginalização e desequilíbrio, dando início ao estudo da ciência da ocupação. A discussão do contexto histórico parte da Declaração Universal de Direitos Humanos, após a 2 Guerra Mundial, garantindo que todos tivessem acesso aos direitos básicos, por isso a ciência ocupacional engloba também a estrutura institucional (FRANK, 2012 e TOWNSEND & MARVAL, 2013).

A justiça ocupacional é entendida como complemento da justiça social (TOWNSEND & WILCOCK, 2004), englobando determinantes sociais e contextos culturais na exclusão social e entendendo que a saúde irá afetar diretamente no feedback das ocupações (RUDMAN et al, 2008). O termo justiça social é então apropriado pela Terapia Ocupacional como justiça

ocupacional por abarcar fenômenos sociais, culturais, econômicos e particulares de determinada população a fim de entender esse processo.

Em relação a Terapia Ocupacional, a justiça ocupacional assente que é uma forma de direito as ocupações, compreende o acesso, participação e disponibilidade de recursos integral as ocupações relevantes e significativas, que são de acesso de todos e todas, abrangendo inclusão social e satisfação das necessidades individuais (Associação Americana de Terapia Ocupacional, 2015). Dessa forma o processo de injustiça ocupacional é entendido como a privação desses aspectos, abandonando o sujeito as margens da vulnerabilidade.

A ciência da ocupação é pensada como interdisciplinar utilizando aspectos determinantes para explicar o fenômeno (RUDMAN et al, 2008), TOWNSEND & WILCOCK (2004) elencam alienação ocupacional, privação ocupacional, marginalização ocupacional e desequilíbrio ocupacional como determinantes na injustiça ocupacional, que é dividida em dois fatores: ocupação e prática centrada no cliente.

Alienação ocupacional compreende a falta de oportunidades ou recursos que permitam escolhas ocupacionais significativas e/ou enriquecedoras, sendo a alienação entendida como um estado de injustiça e não como uma condição psicológica, engloba os sonhos de ocupações e condições favoráveis para desenvolvimento das atividades ocupacionais (Towsend & Wilcock, 2004). Enquanto a privação ocupacional é entendida como o isolamento ou limitação de escolhas, não participação em ocupações e até condições insatisfatórias nessas ocupações (Towsend & Wilcock), esse isolamento pode ser quanto a refugiados ou presidiários, enquanto que a limitação pode ser quanto a localização isolada do indivíduo, capacidades particulares ou estereótipos de gênero e/raça.

A marginalização ocupacional está relacionada a tomada de decisões no âmbito ocupacional, por isso é mais difícil de ser identificada, por estar relacionada a autodeterminação e autonomia, tais capacidades irão configurar aos indivíduos empoderamento (Towsend & Wilcock, 2004). Nagle, Cook & Polatajko (2002), usam como exemplo as pessoas com deficiência, que possuem poucas opções de ocupações e são constantemente excluídos desses meios. Por fim, desequilíbrio ocupacional é quanto as remunerações e tempo no serviço, bem como a existência ou não de mais de um trabalho, são fatores que irão interferir nas remunerações e rotinas de saúde e bem-estar (Towsend & Willcock, 2004).

As populações que estão expostas a injustiça ocupacional agregam adultos com deficiência, pessoas em situação de pobreza, refugiados, pessoas em zona de desastres e guerras, idosos, relacionadas a gênero, raça e orientação sexual, presidiários e pessoas com liberdade condicional (Towsend & Marval, 2013).

Sobretudo, é fundamental estudar a injustiça ocupacional considerando o contexto dessas mulheres, de acesso aos serviços de saúde, segurança e educação, bem como do mercado de trabalho, por isso o estudo será da história de vida de cada mulher e utilizando da percepção delas, permitindo assim englobar os campos sociais, interpretação e valores pessoais (COSTA et al,2017).

As bases conceituais da ciência da ocupação entende o sujeito como um ser ocupacional, que é influenciado e influencia no ambiente, no indivíduo e nas ocupações (COSTA et al,2017), por isso o estudo pretende explorar a percepção dessas mulheres sobre o processo ao qual foram expostas e como elas encaram isso.

Dentro das questões raciais o principal assunto abordado é quanto aos papéis do negro após o fim da escravidão (Nascimento, 1978) enquanto que no feminismo há a ascensão da mulher branca, que não abre mão de seus privilégios sobre a população negra (Carneiro, 2011).

Em 13 de maio de 1891, pelo decreto Nº 29 do então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, todos os arquivos e documentos históricos acerca da escravidão em geral foram queimados, o que afetou diretamente no curso da história da população negra, pela falta de fontes confiáveis (Nascimento, 1978). A queima de arquivos traz à tona questões referentes ao passado, em que pessoas negras são consideradas impróprias para falar da história da população negra, tanto que a narrativa oficial da escravidão foi concebida aos filhos da elite branca, constituindo um monopólio acadêmico, além disso a escravidão no Brasil se configura como um aspecto jurídico, contando que os juristas negligenciam o passado da população negra, a história de colonialismo ao qual foram expostos, não obstante as ações de reparo histórico demoraram décadas para serem implementadas, e ainda assim são insuficientes, impossibilitam a percepção do racismo no âmbito do Direito (Duarte, Scotti & Netto, 2015).

Dado a conjuntura do processo de injustiça ocupacional na história de vida da população negra, é importante salientar que o racismo ainda se perpetua na esfera atual. Quando a mulher negra é bem-sucedida profissionalmente seu exemplo é usado individualmente para sustentar o mito da democracia racial, e não como uma exceção a realidade da população negra (Carneiro, 1995),

essa negligência acaba por reforçar o racismo e sexismo de maneiras paliativas no Estado, em ambos aspectos abordam os grupos submissos, vulgo mulheres negras, como objetos que faltam subjetividade humana (Collins, 2016). De acordo com Patricia Hill Collins (2016, p. 106):

Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero. No entanto, se as mulheres negras recusaram a aceitar seu status prescrito de “outro” por excelência, então toda a justificativa para esse tipo de dominação torna-se contestada. Em resumo, maltratar uma mula ou um cachorro pode ser mais fácil do que maltratar uma pessoa que é reflexo da própria humanidade daquele que maltrata.

O processo de omissão perante a mulher negra a coloca nessa posição em tanto em relação ao feminismo, quanto ao movimento racial (Hooks, 2014), ressaltando que o modelo feminista no Brasil é eurocentrista, por isso não contempla a história das mulheres negras (Carneiro, 2011). O feminismo deve ser composto por e para essas mulheres (Carneiro, 2011), considerando a potencialização da importância da auto definição e auto avaliação como meio de desconstrução no processo de generalização das mulheres dentro do feminismo (Collins, 2016).

A história da mulher negra inclui trabalho forçado e exploração sexual, decorrente desde o período colonial, essa perpetuação reforçou a disseminação do inventário de hiperssexualização e promiscuidade atribuído a essas mulheres, o que acentua a violência e discriminação, sobretudo a opressão a qual essas mulheres foram e são submetidas (Vargas & Wambier, 2016).

Segundo Guimarães (1999), o racismo foi usado como ideologia para justificar a colonização, a continuação dessas práticas fora através da destituição econômica e cultural, e abuso verbal, apontando que o problema para combate do racismo é a eminência de sua invisibilidade, sendo ainda por cima desqualificado como exagero ou manipulação política.

O racismo traz recortes de inferioridade social para a população negra, esse segmento abarca principalmente a mulher negra, que terá que lutar também contra as mazelas do sexismo, o espaço que resta para ser ocupado por essa mulher é a base da hierarquia social, o local de inferioridade, por isso essa luta traz grande impacto na qualidade de vida dessas mulheres, englobando indicadores de saúde, educação, violência e mercado de trabalho (Pinto, 2006).

3.OBJETIVOS

3.1 Geral

Compreender o conceito de injustiça ocupacional na história de vida das mulheres negras.

3.2 Específicos

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dessas mulheres (idade, escolaridade, renda e estado civil).
- Alinhar o conceito de injustiça social/ocupacional na história de vida das mulheres negras.
- Descrever o conceito de injustiça social/ocupacional na história de vida das mulheres negras.

4.METODOLOGIA

4.1 Tipo de estudo:

O estudo utiliza o método qualitativo, que investigará o fenômeno de injustiça ocupacional na história de vida de mulheres negras, a fim de compreender o significado desse processo de acordo com a particularidade dessas mulheres, a entrevista será utilizada como meio de aproximar-se da natureza da questão estudada (Turato, 2005).

Através da história de vida é possível captar tais questões tão subjetivas de cada indivíduo, já que se baseia em trajetórias pessoais, possibilitando a livre dissertação acerca dos temas da pesquisa, o importante é a perspectiva do entrevistado (Bertaux, 2005).

Será um estudo explicativo, já que pretende identificar os fatores que agem sobre o problema do estudo, com aprofundamento na realidade do fenômeno, utilizando-se do meio indutivo da interpretação da veracidade (Gil, 2002). Patton (1980) e Glazier & Powell (2011), indicam que os dados qualitativos são: descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade, interações entre indivíduos, grupos e organizações.

4.2 Participantes:

05 Mulheres que se autodeclaram negras da região de Ceilândia do Sol Nascente. Os critérios de inclusão foram a idade sendo mulheres entre 19 e 60 anos, que engloba a população economicamente ativa, sendo mulheres alfabetizadas ou não. Recrutamento realizado por meio da pesquisadora, por meio de contato individual.

Cenário da pesquisa Ceilândia, regional administrativa que possui uma população estimada de 489.351 mil habitantes, sendo 94.199 o número de habitantes dos setores Pôr do Sol e Sol Nascente, dentro desses setores apenas 5,77% se declaram pretos e 61,06 % se declaram pardos (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio, 2015). A escolha do local da pesquisa para coleta de dados ocorreu por ser considerado um ambiente de vulnerabilidade socioeconômico, o

Condomínio Sol Nascente foi classificado como a segunda maior favela do Brasil (Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

4.3 Instrumento:

A entrevista consiste em uma conversa a dois, realizada por iniciativa do entrevistador, com o objetivo de coletar informações pertinentes ao objeto de pesquisa e permite aos participantes discorrer sobre o tema em questão sem se ater à indagação formulada (Minayo, 2001). É uma modalidade de entrevista pertinente para que os sujeitos se sintam à vontade para falar livremente sobre as questões fomentadas. As entrevistas foram agendadas com cada participante, realizadas, em local particular, de forma a evitar interpelações.

A coleta de dados foi feita através de uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), com roteiro de perguntas que pode ser modificado de acordo com o andamento, da confiabilidade da entrevistada e da capacidade da resposta. A entrevista semiestruturada tem por finalidade englobar a particularidade de cada pessoas, para que haja a compreensão do fenômeno estudado.

O processo de entrevista foi realizado de setembro e outubro de 2018, com duração de 20 a 60 minutos cada, utilizando gravador. As entrevistas foram guiadas de acordo com a interação entre a entrevistada e pesquisadora.

4.4 Análise de dados:

Os áudios das entrevistas foram transcritos e os dados qualitativos foram analisados de acordo com objetivo do estudo, explorando os fatores raciais e sexistas no processo de injustiça ocupacional, para explicar o fenômeno. O método de análise e interpretação das entrevistas semiestruturadas se deu por meio da análise de conteúdo textual guiada utilizando referenciais teóricos propostos por Bardin (2006), para partir de uma ação exploratória interpretativa.

Optou-se por elencar as etapas da técnica segundo Bardin (2006), em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por

meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com as transcrições das entrevistas, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) Demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (Ibidem, 2006).

A exploração do material constitui a segunda fase, que consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequência) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro).

A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao material textual coletado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (Ibidem, 2006). A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Ibidem, 2006).

Para manutenção do sigilo das participantes foi utilizado nomes de mulheres negras, que representam força, resiliência e luta na construção da História do Brasil, pois são inspiração e exemplo para essa geração. Os nomes foram Dandara, Marielle Franco, Tereza de Benguela, Antonieta de Barros e Maria Felipa.

- Dandara

Não se sabe ao certo o local e ano de nascimento de Dandara, a hipótese é de que ela tenha sido levada ao Quilombo dos Palmares ainda criança. Dandara era uma das lideranças do Quilombo, preferia a revolução do que firmar acordos com os escravocratas, participando ainda da luta armada, possuía como principal ideal a libertação do seu povo da escravidão. Foi também a esposa de Zumbi, líder do Quilombo, e principal personalidade negra ainda estudada nas escolas, a história de Dandara foi pouco relatada, reduzindo-a a papel de esposa, por conta de uma sociedade sexista e racista. Sua derrota veio em uma batalha em Recife, em 1694, onde

preferiu a morte do que a escravidão, sendo lembrada como uma mártir da resistência (Garcia, 2018).

- Marielle Franco

Marielle nasceu em 1979, no Complexo da Maré - Rio de Janeiro, tornou-se ativista dos Direitos Humanos após a perda de uma amiga, vítima de bala perdida. Ingressou em 2002 na PUC Rio, no curso de Ciências Sociais através do ProUni, dando continuidade à militância na comunidade, participou da equipe de campanha de Marcelo Freixo em 2006, posteriormente foi nomeada Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2012 entrou para o Mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense, em que defendeu a tese “UPP: A Redução da Favela a Três Letras”. Em 2016 foi eleita Vereadora da cidade do Rio de Janeiro, sendo a 5ª parlamentar mais votada, sua luta foi em torno de combate ao racismo e machismo, além do trabalho de redução de vulnerabilidades sociais, fazia denúncias pertinentes quanto ao abuso policial após a Intervenção Federal, além disso era relatora da Comissão na Câmara Municipal que fiscalizaria a Intervenção Federal. Em 14 de março de 2018, Marielle foi executada com tiros no seu carro, acertando-a na cabeça, culminando também na morte do motorista, Anderson Pedro Gomes, até o presente momento o crime não foi solucionado (Carneiro, 2018 e Canônico, 2018), Marielle continua presente, como símbolo de resistência, força e luta contra desigualdades e injustiças sociais.

- Tereza de Benguela

Não há um consenso entre os historiadores quanto ao local e ano de nascimento de Tereza de Benguela, durante muitos anos sua história foi negligenciada, o que se sabe é que ela foi a Rainha do Quilombo de Quatiterê, e que após a morte de seu marido José Piolho, tornou-se a líder. Em seu comando o quilombo foi capaz de perdurar por mais de duas décadas, a forma de governança era como modo de parlamento, com um aspecto de democracia seguido de disciplina, além disso foi capaz de ganhar parceiros comerciais e competente força de defesa. Em 1770 houve uma batalha com os escravocratas, em que Tereza foi capturada e morta, tendo a cabeça exposta em praça pública. Em 2014 houve a criação da Lei Nº 12.987, que institui o dia 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (Nunes, 2018), essa personalidade é um símbolo para as mulheres negras, que fomenta o orgulho da raça e influência na história.

- Antonieta de Barros

Antonieta nasceu em 1901, em Florianópolis - Santa Catarina, era filha de ex- escravos, entrou na escola e logo após formar criou o Curso Antonieta de Barros, direcionado para o público mais carente, tornando-se educadora, além disso deu aula também em outros três colégios. Em 1922 criou o Jornal A Semana e dirigiu a Revista Vida Ilhoa, escrevia sobre seus ideais, como questões de desigualdade de gênero, preconceito racial e condições da educação. Em 1934 foi eleita, sendo a primeira deputada estadual negra do país e primeira deputada mulher de Santa Catarina. O ano de sua morte é 1952, por complicações diabéticas. Em 1997 foi criada a Medalha Antonieta de Barros, que homenageia mulheres que se destacaram em áreas culturais, políticas, empresariais ou ações sociais, além disso há também o Prêmio Antonieta de Barros criado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que é voltado para comunicadores negros brasileiros (Fontão, 2012). Antonieta foi uma mulher que conseguiu ultrapassar as mazelas do racismo e sexismo, conquistando um espaço à frente de seu tempo, por isso é um ícone para promoção de igualdade e combate as vulnerabilidades.

- Maria Felipa

Em 1822 Dom Pedro I declara a independência do Brasil, contudo, na Bahia ainda haviam tropas portuguesas, por isso o processo foi mais intenso contando com batalhas acirradas até de fato ocorrer a independência da Bahia. Maria Felipa foi uma das lideranças primordiais nesse processo, por ser mulher e negra essa personalidade foi pouco mencionada no decorrer da História. Nasceu como escrava, mas não se sabe ao certo o ano de nascimento, vivia na Ilha de Itaparica, no início da guerra contra os portugueses liderou um grupo de mulheres e homens que fortaleceram as trincheiras, organizou envios de mantimentos para o interior do Estado e passava informações para o Comando do Movimento de Libertação. Foi Maria Felipa quem liderou o ataque a 42 embarcações portuguesas, ação decisiva para permitir a vitória tranquila sobre os lusitanos em Salvador. Mesmo após o fim da Guerra Maria Felipa e suas companheiras continuaram a luta por direitos de seus povos, o ano de sua morte foi em 1873 (Carvalho, 2017). Essa heroína é um símbolo de coragem e resistência pela luta da liberdade e igualdade de direitos.

4.5.Aspectos éticos

Obedecendo às normas e diretrizes da Resolução 466 de dezembro de 2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas, que regulamentam a pesquisa que envolve seres humanos, esta pesquisa se comprometeu em atender às exigências éticas e científicas fundamentais estabelecidas e em tratar os sujeitos envolvidos de acordo com sua dignidade, respeitando-os em sua autonomia e defendendo-os em sua vulnerabilidade. As participantes foram voluntárias e teve como critério a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. CAAE: 88726418.9.0000.5540. Número do Parecer: 2.703.357

5.RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização das entrevistadas

Foram entrevistadas cinco mulheres da Região do Sol Nascente, que se autodeclaram negras, com idade entre 19 e 60 anos, sendo que dessas apenas uma não trabalha, as demais exercem trabalho remunerado.

Três dessas mulheres são solteiras, uma é divorciada e a outra é casada, apenas uma delas possui filho. Quatro possuem Ensino Médio completo, algumas possuem curso técnico, uma possui Ensino Superior Completo, estudaram em escola pública, apenas uma teve a oportunidade de estudar em escola particular, todas são de classe média baixa.

5.2 A privação de representatividade negra no mundo social

Para Costa (1986) os efeitos da ideologia racista como interferência significativa sobre dimensões pessoais como o corpo, psiquismo e identidade. A não representatividade gera prejuízos intrapsíquico que reverbera no seu posicionamento no mundo. A negação do corpo e identidade negra surge como expressão da interiorização do racismo. Conforme narrativa abaixo:

Quase nunca assim, porque é... todas formas eram, até questão de que eu falo de... De professores que fazem contos de histórias, de tudo assim, sempre foi voltado muito pra pessoas brancas né, eu nunca me senti representada de nenhuma forma assim [...] é ruim né, porque de certa forma a gente se sente tipo excluída de tudo aquilo que tá acontecendo, ainda mais na minha escola, quase não tinha pessoas negras, então todo o meu convívio era com pessoas brancas, então eu não me sentia representada, tipo nada me abrangia assim, de tudo que acontecia, eu não me sentia acolhida naquele espaço. (Marielle Franco)

A falta de representatividade quanto ao que era lecionado na escola foi determinante para que Marielle se sentisse excluída, quando uma pessoa negra não se vê naquela história, não tem a oportunidade de discutir e conhecer como se deu o seu contexto, lhe é negado o direito a autodefesa e a possibilidade de autodefinição (Nascimento, 1978).

Há alguns anos atrás, há muito, na verdade na minha adolescência, na minha infância, eu não era tão bem resolvida assim, de repente era por falta de conversar dos meus pais, e a culpa não é deles, porque antigamente né, a pessoa não é como hoje, hoje por exemplo, se eu fosse casada, tivesse uma filha e ela fosse negra, é claro que ia, já ia preparar ela pra isso né, e na minha época meu pai e minha mãe não me preparava né, então a gente acabava não sendo bem resolvida, a gente queria ser da pele mais clara, a gente queria ter o cabelo liso né, a gente não queria ser daquela cor, também por conta da situação que a gente passava, quando a gente era criança. Não foi bom, principalmente na escola, não era legal, entendeu? E isso a gente acabava guardando pra gente né, a gente nem falava nem pra minha mãe, nem pro meu pai [...] Tanto que eu ainda falo assim, que a melhor fase da minha vida, assim ta certo que quando era na infância a gente brincava na rua e tudo, mas a melhor fase da minha vida foi quando... eu... A partir dos meus 17 anos, sinceridade, por conta geralmente da minha cor, entendeu? A infância era legal e tudo, mas na escola por exemplo, não era bom, não dá pra dizer que era legal, que eu tinha saudade da escola [...] eu acho que lá na infância as pessoas sofrem muito mais, porque a gente fica sem defesa, a gente não tinha como se defender. (Tereza de Benguela)

A queixa de Tereza de Benguela, é como o não lugar no mundo impacta na construção da sua identidade. O que Tereza deseja é o lugar de privilégio do branco, mas o que lhe resta é o estereótipo, e a estigmatização (Fernandes & Cortez, 2016). Souza (1990) relata que nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra.

Antonieta de Barros vem de uma família negra, sempre se identificou como negra, recebeu suporte da família na construção da identidade, desde pequena já possuía condições melhores de vida, em relação as outras entrevistadas, esse enegrecimento pessoal desde a infância não a impediu que passasse por esses episódios, mas a ajudou na superação, sem retratar que a infância ou adolescência foi um período conturbado. Como depoimento abaixo

Porque na época da escola mesmo, os pais dos meus colegas eram racistas, mas elas que ficavam me puxando pra ir pras casas porque eu nunca gostei de ficar indo pra casa dos outros, aí o que acontece, eles não gostam nem dos netos deles, quanto mais gostar de mim que sou preta, não é verdade? Agora eu podia entrar, mas era porque eu não vivia lá dentro, até hoje eles me encontram e fala assim “Oi, tudo bom? Minha esposa ta doente vem visitar ela”, “Tá eu vou”, mas não é porque eu to sem tempo, é porque eu não quero ir lá mesmo, é esse tipo de pessoas que a gente sabe que é racista, mas eles nunca jogam na sua cara “oh sua negra”.
(Antonieta de Barros)

O processo de embranquecimento é também uma tentativa de negação, desintegração e exterminação a população negra (Nascimento, 1978). De acordo com Marielle, essa dicotomia da sua identidade lhe causou confusão, um sentimento ambivalente, que foi extraído apenas na Universidade, quando passou a se identificar e se orgulhar de sua etnia, ainda assim lhe foi negado uma parte de sua história que poderia ter sido diferente, o questionamento levantado é: se não fosse a Universidade esse processo de empoderamento teria acontecido? A questão permanece no imaginário, questionando ainda, quantas crianças já não passaram pela mesma situação, mas sem o fortune do empoderamento? São algumas incertezas das mazelas do racismo para com a população negra.

Eu via que as pessoas pelo fato de ter o cabelo liso, que eu era sei lá, mais branca que uma pessoa negra que tem o cabelo crespo, então sempre falavam assim, “ah mas você é bonita, não tem traço de negro”... não sei o que... então eles sempre falavam assim, aí por esse fato, eu também não queria ser negra né, porque como as pessoas do meu convívio, tirando a minha família, me embranquecia o tempo todo, eu achava que realmente, que eu era morena clara, como ele denominam né, ou morena escura, não sei. Então isso assim pra mim era meio que um conflito, porque em casa era uma coisa, na escola era outra, então isso tinha um conflito muito grande dentro de mim [...] depois que eu entrei na Universidade mesmo, que a gente vai abrindo a cabeça pra mais coisas, estudando também, tendo pensamento crítico. E também, vendo que as pessoas não têm que querer embranquecer as pessoas, ou que tem que fazer com que elas sejam como elas né, todo mundo branco, todo mundo bonitinho, todo mundo do olho claro, então... assim esse processo foi construído dentro mesmo da Universidade. Então, aí depois que eu fui meio que compreendendo como que as coisas eram, todo papel que a minha

mãe depositava em mim dessa questão de eu ser negra, eu sou uma pessoa totalmente diferente né, do que eu era antes, e hoje em dia se perguntar, eu sou negra, não sou parda, não sou morena clara, não sou morena escura, eu sou negra, então isso pra mim foi muito importante, esse processo né, ao mesmo tempo em que foi ruim essa questão de embranquecimento, foi um processo que me fez crescer bastante. (Marielle Franco)

A medida que a participante sinaliza que vai se empoderando do lugar de ser negra, o que amplia as possibilidades de exercício de outros aspectos da vida, como autonomia e cidadania. De ter acesso a lugares antes nem pensado o que favorece satisfação e fortalece seu lugar no mundo. Narrativa que segue:

Ah o tempo foi passando né, a gente vai vendo as coisas, a gente vai sendo mais esclarecida, entendeu? A gente vai assim, as pessoas chegam perto da gente assim, hoje em dia, “nossa, como a sua pele é linda, ah eu queria ter a cor da sua pele”. Eu tenho 51 anos, não parece, as meninas falam que é por causa da cor, então a gente também tem essa vantagem aí, entendeu? Aí as coisas foram acontecendo e agora, com o tempo to nem aí não, e as vezes pra entrar, pra sair, saio de qualquer lugar sem problema nenhum, entendeu? Não fico com aquela coisa, “meu Deus do céu vou entrar aí, sou negro”, nem lembro disso, eu nem lembro, simplesmente entro, sabe? Nem lembro, se for pra fazer qualquer coisa, aí entro e saio e nem lembro, sabe? (Tereza de Benguela)

O efeito de auto definição e autoavaliação potencializa o empoderamento da mulher negra não só perante a si, mas também perante os diferentes grupos sociais, possibilitando a construção de sua história e conquista de seu espaço (Collins, 2016). Essa percepção é fundamental, agora torna-se possível para o próprio indivíduo identificar os processos de injustiça social/ocupacional na sua trajetória.

5.3 Aspectos Educacionais e de Trabalho

As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização tem sido denunciadas há muitos anos, por estudiosos das relações raciais, e, mais recentemente, também pelas análises no âmbito de órgãos governamentais no Brasil.

Eu me inscrevi há um tempo atrás pra fazer uma faculdade, eu entrei na faculdade, eu não me senti bem, eu larguei. Eu queria ser veterinária, eu sou apaixonada por bicho, então eu fui, tentei, inscrevi, meu marido ficou muito feliz porque eu passei, eu falei “gente, eu passei, eu passei na faculdade”. Ai eu cheguei na faculdade paga não é faculdade pública não, foi faculdade que eu estava pagando, cheguei na faculdade e num me senti bem, eu achei o clima assim meio, de colega, de professor, eu achei pesado... larguei, o colega que estudava na outra sala, um dia me encontrou, um pouco tempo atrás, falou “Uai Dandara, tu terminou sua faculdade?”, falei “terminei, em casa”, “eu senti Dandara, que você tava se sentindo mal naquela sala, cê podia ter pedido pra trocar de sala”, falei “não, não quero mais fazer, não vou fazer”. (Dandara)

Através da discriminação o lugar do negro é direcionado a uma posição de inferioridade na hierarquia social, o efeito contínuo dessa discriminação tem como consequência a internalização no negro, de que o seu lugar é o que lhe foi atribuído, mesmo sendo inferior (Nascimento, 1976 apud Ratts, 2006, p.104). Essa prática é percebida no discurso de Dandara, lhe foi roubado o direito ao ensino, direito de aperfeiçoamento, devido a um processo intenso de preconceito em sua trajetória, sendo infelizmente internalizado o papel que lhe foi atribuído.

Na Terapia Ocupacional cada pessoa é um ser ocupacional, ou seja, que é influenciado pelo ambiente, contexto social, cultural e econômico, por isso a negligência de direitos de populações acomete diretamente o processo de escolhas ocupacionais, privando-as de opções (Costa et al, 2017). Não é possível acreditar em um processo de igualdade, se não são oferecidas condições básicas de desenvolvimento para uma região e sua população, o processo relatado por Marielle encaixa-se no que é chamado de alienação ocupacional, que é um dos determinantes no processo de injustiça ocupacional, que é referente justamente a falta de suporte e direitos básicos para determinados grupos sociais.

Aquela questão de Meritocracia, ficam falando que todo mundo consegue chegar nos mesmo objetivos, mas as bases são diferentes. Assim, na minha escola, teve uma base muito boa mas foi por questão de bolsa né, não foi por outra questão, eu não tive as mesmas oportunidades que outras pessoas e eu acho que isso vai continuar por muito tempo assim, que as pessoas

brancas tem mais oportunidades que as pessoas negras, que pessoas que moram em comunidades. Eu vejo isso mesmo por ser moradora do Sol Nascente né, essas questões de vulnerabilidade, do tanto que é diferente as relações, que lá tem muito morador, que são pessoas negras e que as oportunidades são totalmente diferentes. É difícil o acesso a escola, agora que melhorou, mas na época de chuva tinha que pegar ônibus escolar, ônibus rural, você subia pra escola toda suja, já começa daí né, a diferença de oportunidades. E que era muito ruim, porque pensa uma criança chegar na escola toda suja de lama, toda suja de poeira, já começa alguns tipos de preconceito daí né. (Marielle Franco)

Mais uma vez o que foi falado por Beatriz Nascimento volta à tona, após um processo contínuo de preconceito o sujeito internaliza isso como uma verdade, dessa vez duvidando da sua experiência, se realmente foi racista ou não, aqui mais uma vez o processo de injustiça social/ocupacional está nas entrelinhas, no seu processo de formação, o que torna mais difícil a constituição como ser ocupacional.

Surgiu uma oportunidade de estágio lá no sesc, entendeu? e eu to lembrando aqui, que uma outra colega minha, que foi pra esse estágio no sesc, de lá ela já virou funcionária e eu fui pra um estágio, em um laboratório particular, nesse laboratório particular eu fui muito bem recebida, foi muito bom, mas na época eu senti de leve essa situação por ela ser branca que eu acho que ela foi escolhida, por conta disso, eu acho... muito de leve mas eu fiquei com essa impressão, porque poderia ir as duas, mas eu acho isso, sabe? Eu acho. (Tereza de Benguela)

No percurso da injustiça social/ocupacional na história de vida de Maria Felipa já foi apontado na mudança de escolha de profissão, resultante de um processo de limitações políticas, sociais e econômicas, culminando no afunilamento dos papéis ocupacionais (Galvaan, 2012).

Eu queria ser advogada, quando era mais nova. Assim, eu ainda to estudando sabe? Mas os sonhos vão mudando, a gente cresce e vai mudando né, acho que até pelas oportunidades, não dava pra focar só naquilo né, e pra isso você precisa ter um foco... Mas é isso né, ainda to

estudando, mas os sonhos mudam, agora o que eu faço é curso sabe? De técnico de enfermagem... Agora é isso. (Maria Felipa)

A mulher negra enfrenta um processo árduo nessa inserção na sociedade, já que ela precisa se livrar dos estigmas que lhe foram atribuídos para conseguir mostrar seu potencial, ou seja, para que haja reconhecimento, ela precisa estar muito à frente dos demais que compõem esses grupos sociais. “Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses” (Trecho da música ‘a vida é desafio’, Racionais MCs 2002).

De acordo com a narração de Marielle, sua base na escola havia sido melhor pois estudava em escola particular já que havia conseguido bolsa, conseguiu ingressar então em uma Universidade Pública, o que abre espaço para mais uma incerteza, e se ela não tivesse possuído essa base? Marielle representa uma exceção dentre os demais moradores da região, que é uma região em situação de vulnerabilidade social.

Então, eu fazia fisioterapia em outra instituição pelo ProUni, aí pelo Conselho ser o mesmo eu conheci o curso né, de terapia ocupacional. Aí eu fui escolher, fui conhecer um pouco mais, aí eu vi que só tinha na UnB, aí eu me inscrevi pro vestibular, aí o processo foi através do vestibular tradicional né. Feliz por ser uma universidade pública né, porque eu não tinha e não tenho condições nenhuma de pagar né, então lá também fazia pelo prouni, então se fosse pros meus pais pagarem, ou eu, não tinha condições nenhuma de formar no curso. (Marielle Franco)

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (2015), apenas cerca de 2% da população do Sol Nascente possui nível Superior Completo, por isso é necessário destacar a importância de dar condições básicas a essa população, para assim conseguir mudar essa realidade, dando suporte e garantia de direitos, como saneamento básico, melhoria ao acesso local, educação de qualidade, transporte público eficaz, entre outros.

5.4 Relações Afetivas – A Solidão da Mulher Negra

Dandara relatou episódios de racismo que sofreu no ambiente de trabalho, que culminou em denúncia. A rede de suporte é fundamental como mecanismo de proteção, atuando no desenvolvimento de questões emocionais para que consiga manter-se firme, mesmo em momentos difíceis (Carvalho & Mattar, 2014). Além de passar por episódios que geram sofrimento, a mulher negra nem sempre recebe o apoio necessário, o silêncio daqueles que o sujeito preza, também causa sofrimento.

Não tive o apoio como eu servidora estava precisando, não tive apoio não. Na minha vida eu tive meu esposo e minha irmã, que me apoiaram e me botaram pra cima e me incentivaram a não tirar a queixa e continuar pra frente porque eu não queria deixar, eu queria tirar a queixa, eu fui dei a queixa mas no outro dia, eu fui conversando com meu esposo, meu esposo falou “você não vai tirar, você não vai tirar porque você tem que dar exemplo, não só pra ela, como pra qualquer um, que tem que saber chegar na pessoa”. Entendeu? mas não tive o apoio que eu precisava na época, no primeiro episódio eu não tive apoio, no segundo eu tive, mas na primeira eu não tive. Eu trabalho ali mas eu não sinto bem... Eu chego em casa, eu não comento com ninguém, mas eu comento com meu esposo, eu falo pra ele que eu me sinto as vezes muito mal trabalhando ali, entendeu? Tem colega que olha a gente assim de cima abaixo, eu me sinto mal, então eu acho assim será que é por causa da minha cor? Será que é porque eu sou preta, meu cabelo é enroladinho? Será que é por isso? (Dandara)

A mulher negra ainda precisa lidar com o quesito solidão, considerando que existem preferências políticas, culturais e étnicas, esse processo pode ser consciente ou não (Souza, 2008), no caso de Dandara, a solidão foi perceptível em um episódio de sofrimento, em relação aos colegas de trabalho, a falta de rede de apoio acaba por impactar ainda mais o mal-estar gerado, dificultando o processo de recuperação.

Novamente a rede de apoio mostra-se falha, a não expressão dos sentimentos, a falta de suporte, pode deixá-la vulnerável emocionalmente, já que a rede de suporte atua também na promoção de resiliência (Carvalho & Mattar, 2014).

Não tinha apoio não, nem minhas próprias irmãs, não tinha não, tinha ninguém, ficava calada.
(Tereza de Benguela)

A narrativa de Maria Felipa reitera que para se sentir melhor em suas relações necessitava mudar coisas em si, apontando para uma perda de identidade, descaracterização do seu papel ocupacional para evitar opressão.

Na maioria das vezes eu precisava mudar umas coisas pra ser aceita, sabe? Mas não era porque eu queria não, era só pra ser mais aceita ali naquele lugar, entendeu? De representar algo que não sou porque achava que assim seria bem aceita né. (Maria Felipa)

O discurso de Maria Felipa traz a questão da perda da identidade, a mulher negra contemporânea precisa lidar com a relação identidade e solidão, pois a composição em uma relação pode trazer justamente essa perda do direito de ser e estar enquanto mulher negra, para uma falsa ideia de pertencimento aos jogos amorosos e de sedução (Souza, 2008).

Em relação a maioria das participantes não possuem parceiro (a), traz à tona a solidão da mulher negra, que é inferiorizada também nas suas relações, sendo invisibilizada ou sendo vista como objeto sexual, ambas as formas são inaceitáveis, essa estrutura foi herdada do Brasil Colonial e perpetua até os dias atuais (Beatriz Nascimento apud Ratts, 2006, p. 127), essa prática de racismo e sexismo, limita a mulher negra aos caminhos em papéis ocupacionais, seja ele em uma relação ou não.

5.5 A Mulher Negra na Sociedade Contemporânea

Mesmo após 130 anos da abolição da escravidão, que configurou a mulher negra um papel de inferioridade, “a mulher negra por causa de sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do homem branco” (Nascimento, 1978). Ainda iria além, essa mulher não é vítima apenas do homem branco, mas de todas as esferas sociais, como pode ser observado nos relatos de Dandara. O impacto do racismo e até mesmo sexismo na história de vida de Dandara caracteriza-se como um processo de injustiça social/ocupacional, que continua causando sofrimento, não inserção e insatisfação em suas ocupações.

Toda vez que uma pessoa chega assim e fala “aquela preta”, eu me sinto um toco preto no chão, eu me sinto mal, tanto que tem uma paciente que sempre que ela chegava aqui, ela falava, o pessoal escutava, eu nunca tomei nenhuma atitude, ela falava, eu sempre deixava. Um dia ela falou que preto não teria que ta trabalhando aqui, que tinha que ta trabalhando num cemitério carregando defunto, que era o que ela tinha na concepção na cabeça dela que preto é isso, preto é escravo, preto tem que ser isso, e aquilo foi indo, eu deixei, aí na segunda vez ela falou de novo e eu tomei atitude, eu fui na Delegacia, fui pra delegacia e to esperando o resultado né!? Essa paciente mesmo, ela é considerada racista mesmo, a própria delegada falou pra mim que ia passar pra frente, que isso é considerado racista mesmo, entendeu!? (Dandara)

A mulher negra é desvalorizada em todos os espaços, por isso sua luta é árdua, todos os dias essa mulher precisa enfrentar o racismo e sexismo, e ainda assim resistir, se recuperar, para não permitir que esses episódios discriminatórios sejam internalizados como uma verdade, para não permitir que o discurso do opressor vença.

[...] Eu tava tirando minha carteira de motorista, o uma palavrinha dessa só que o instrutor falou, acabou, “Só podia ser mulher”, aí eu falei “termina, só podia ser mulher, e o resto?”, porque ele ia falar só podia ser mulher e negra, mas ele não terminou a palavra negra. Eu abandonei a autoescola, e fui na autoescola lá e falei “esse instrutor aí, ele não tem condições psicológicas pra dar aula pra mulher negra. (Dandara)

O racismo estrutural é potencializado pela retirada de direitos e falta de ação estatal, o que é sentido principalmente pelas mulheres negras, já que engloba estruturas racistas, patriarcais, sexistas e heteronormativos, culminando na ideia da mulher negra no lugar de subordinação e objetificação (Vilar, 2018).

O questionamento atual é de onde está inserido o movimento feminista, esse discurso precisa ir além do meio acadêmico, atingindo também os demais grupos sociais, ademais o discurso feminista predominante não inclui as pautas das mulheres negras, essas são mais uma vez invisibilizadas, sendo assim, seus problemas são sequer nomeados (Ribeiro, 2016), como pode ser observado no relato a seguir:

Foi também dentro da Universidade que conheci o feminismo, conheci várias pessoas que são, que lutam né, que levanta bandeira, que vão atrás das coisas, que consegue muitas coisas através do feminismo. Com os amigos né, que tenho amigas que são, então foi através da Universidades mesmo, eu nunca tinha ouvido falar de feminismo na verdade, antes de entrar na Universidade, mesmo estudando em outra instituição mas que era particular, eu nunca tinha ouvido falar das feministas e tals. (Marielle Franco)

Outra vez surge a demanda do local de inserção e onde abrange o Movimento Feminista. Sueli Carneiro (2011) fez uma crítica árdua ao Modelo Feminista Brasileiro, chamando-o de eurocentrista, que não é capaz de contemplar a história das mulheres negras. É preciso ressaltar que a luta por direitos de mulheres brancas e mulheres negras são por causas diferentes, por isso é fundamental que o Feminismo Negro seja capaz de englobar as causas dessa população e incluí-las nas discussões.

Assim, a gente entende a importância né, das causas, do movimento em si, só que assim... Eu acho que não integra todas nós... Eu vejo pelas pessoas que fazem parte do grupo né, é assim que fala? Quando você olha, você vê sempre as mesmas pessoas, sempre, sempre, sempre as mesmas pessoas, por isso que assim, acho que não sou representada. (Maria Felipa)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o sujeito como um ser ocupacional, é compreender que a Injustiça Social/Ocupacional está presente em vários aspectos de vida, sobretudo quando se trata de mulheres negras, que enfrentam o racismo e sexismo, com o endosso do estado. As mulheres negras ainda ocupam posição de inferioridade em relação a homens e mulheres brancas, sendo limitadas no processo de escolhas ocupacionais, ora, não é falta de engajamento quando só oportunizado uma escolha, da exclusão.

O Brasil é um país racista, um racismo mascarado, por isso é tão difícil combatê-lo, isso é possível identificar na estrutura segregada de oportunidades sociais/ocupacionais. Todavia, há pequenos avanços educacionais no ensino público brasileiro, o crescimento da economia com geração de postos de trabalho engendrara mudanças no que diz respeito a aspirações das mulheres pobres. A inserção da mulher negra no mercado de trabalho diz respeito a queda da informalidade, aumento da escolaridade e ganho de poder de compra. Entretanto, o padrão de injustiça ocupacional é desigual entre negras e brancas; além do emprego doméstico ter maior peso dentre as ocupações das mulheres negras, elas são menos escolarizadas, recebem menos, sofrem mais violência estrutural e racista. Em consonância com a literatura ocupacional, os dados empíricos vão de encontro a ideia da democracia racial, segundo a qual bastava a modernidade e o crescimento econômico para sanar as fissuras sociais entre brancos e negros.

A injustiça social/ocupacional atravessada pelo racismo mostram-se funcionais na manutenção da injustiça perpetrados de maneira consciente e inconsciente pela elite que dele se beneficiam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. Manual de História Oral. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013. 236 p.

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION, A. (2015). Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo - 3ª ed. traduzida. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 26(esp), 1-49.

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977). 2006.

BERTAUX, Daniel. Los Relatos de Vida. Barcelona (ESP): Bellaterra; 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, HONRARIAS. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br/honrarias>>. Acesso em: 06 Nov 2018.

CANÔNICO. M. A. Da Maré, vereadora fazia parte do “bonde dos intelectuais da favela”. Folha de São Paulo. São Paulo, 15 de Março de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/feminista-negra-e-cria-da-mare-quem-foi-a-vereadora-marielle-franco.shtml>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

CARNEIRO, J. D. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de 'cria da Maré' a símbolo de novas lutas políticas no Rio. BBC Brasil. Rio de Janeiro, 15 de Março de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**. São Paulo. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 01 Mai 2018.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. *Estudos Feministas*, v.3, n.2, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Mai 2018.

CARONE, I. & BENTO, M. A. S. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

CARVALHO, A. Maria Felipa: a heroína esquecida da independência da Bahia. Câmara Municipal de Salvador: Memorial. Bahia. Disponível em: <http://www.cms.ba.gov.br/memorial_fato_int.aspx?id=17>. Acesso em: 06 Nov 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v 31, n. 1, p. 99 – 127. Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 Mai 2018.

COSTA et al. Ciência ocupacional e terapia ocupacional: algumas reflexões. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. V.1(5): 650-663, 2017.

COSTA, J.F. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro. Graal 1986.

COSTA, Maria Suely da. Representações de Luta e Resistência Feminina na Poesia Popular. 3 Congresso Nacional de Educação. Editora Realize, Paraíba, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID4081_28052016001621.pdf>. Acesso em: 28 Set 2018.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. 1 ed. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2013. 171p.

DUARTE, E. P., Scotti, G. & Netto, M. C. Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas. Universitas JUS, v. 26, n. 2, p. 23-39, 2015.

FERNANDES, V. B. SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. N 63. Abril, 2016. P 103- 120.

FIGUEIREDO, A. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 1080-1099. DOI: 10.1590/2179-8966/2018/33942| ISSN: 2179-8966.

FRANK, Gelya. The 2010 Ruth Zemke Lecture in Occupational Science Occupational Therapy/Occupational Science/Occupational Justice: Moral Commitments and Global

Assemblages. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/254334908_The_2010_Ruth_Zemke_Lecture_in_Occupational_Science_Occupational_TherapyOccupational_ScienceOccupational_Justice_Moral_Commitments_and_Global_Assemblages>. Acesso em: 21 Mar 2018.

FONTÃO, L. Nos passos de Antonieta: escrever uma vida. COEB. Florianópolis, 2012.

Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_02_2012_11.01.11.6dcf92bc3d675d078e59e92a2ea922fe.pdf>. Acesso em: 06 Nov 2018.

GALVAAN, Roshan. **Occupational Science: Society, Inclusion, Participation**. 1 ed. Oxford, UK: Blackweel, 2012.

GARCIA, M. F. A guerreira que viveu no Brasil e preferiu a morte a escravidão. Observatório do Terceiro Setor. São Paulo, 24 de Janeiro de 2018. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/dandara-guerreira-que-viveu-no-brasil-e-preferiu-morte-a-escravidao/>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176p.

GLAZIER, J. D. & POWELL, R. R. Qualitative research in information management. Englewood: Libraries Unlimited. 2011.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 103-115, Feb. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mai 2018.

HOOKS, Bell. **Não sou eu mulher negra: Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014. 139 p.

JULIANO, M. C. C., YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XVII, n. 3, p. 135-154, jul.-set. 2014.

LEI Nº 12.987, DE 2 DE JUNHO DE 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12987.htm>. Acesso em: 28 Set 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAGLE, S., COOK, J. V., & POLATAJKO, H. (2002). I'm doing as much as I can: Occupational choices of persons with a severe and persistent mental illness. *Journal of Occupational Science*, 9, 71- 82.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1978. 183 p.

NUNES, D. Teresa de Benguela: Rainha do Quilombo. Aventura na História. São Paulo, 22 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-teresa-de-benguela.phtml>>. Acesso em: 28 Set 2018.

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation methods*. Beverly Hills: Sage. (1980).

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2016/PDAD_Distrito_Federal_2015.pdf>. Acesso em: 20 Mai 2018.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: Região Administrativa de Ceilândia. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/PDAD_Ceilandia_2015.pdf>. Acesso em: 20 Mai 2018.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG, 2006, 16p.

PROJETO: OS HERÓIS DO BRASIL. Maria Felipa, a heroína negra da independência. Disponível em: <<http://osheroisdobrasil.com.br/herois/maria-felipa-a-heroina-negra-da-independencia/>>. Acesso em: 06 Nov 2018.

RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório: Uma perspectiva Brasileira. *Revista Internacional de Direitos Humanos*. V.13, n.24, p. 99 – 104, 2016.

RUDMAN et al. A vision for occupational science: reflecting on our disciplinary culture. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v.15, p.136-146, 2008.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, N.S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Graal 1990.

TOWNSEND & MARVAL. Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v.21, n.2, p.229-242, 2013.

TOWNSEND & WILCOCK. Occupational justice and client-centred practice: a dialogue in progress. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v.71, n.2, p.75-87, 2004.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, June 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Mai 2018.

VARGAS, M. & WAMBIER, S. M. A História das Mulheres Negras no Brasil: No enfrentamento da discriminação e violência. *Cadernos PDE*. Governo do Estado do Paraná: Secretaria da Educação, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_ufpr_marciadevargas.pdf>. Acesso em: 17 Nov 2018.

VILAR, Caroline Coelho. A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA: O DESAFIO DE SER MULHER NEGRA NO BRASIL. *REVISTA MOVIMENTO*. 2018. DISPONÍVEL EM: <<https://movimentorevista.com.br/2018/01/o-desafio-de-ser-mulher-negra-no-brasil-racismo-feminismo-escravidao/>>.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

- Na escola, sentia-se representada quanto aos objetos de estudo lecionados?
- Quando criança qual era sua profissão dos sonhos?
- Como costuma se dar suas relações conjugais?
- Considera que teve as mesmas oportunidades do que a população branca? Se não, a que motivo atribui isso?
- Considera-se representada pelas esferas feministas atuais no Brasil? Se não, a que motivo atribui isso?
- Considera que teve as mesmas oportunidades que homens negros? Se não, a que motivo atribui isso?
- Entre racismo e sexismo, qual foi mais agravante na sua história? Explique.
- Quando passou por episódios de racismo e/ou machismo, como era sua rede de suporte?
- Considera as atuais ações afirmativas suficientes para a população negra? Explique.

**Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz
para fins de pesquisa**

Eu, *[nome do participante da pesquisa]*, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado “Injustiça social/ocupacional: uma perspectiva de mulheres negras”, sob responsabilidade de Josenaide Engracia dos Santos vinculado a Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para analisar por parte da equipe de pesquisa do som dos participantes e para apresentação em atividades acadêmicas.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____.



Universidade de Brasília

FACULDADE DE CEILÂNDIA - FCE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos a Senhora a participar voluntariamente do projeto de pesquisa **Injustiça social/ocupacional: uma perspectiva de mulheres negras**, sob a responsabilidade da pesquisadora Josenaide Engracia dos Santos. O projeto trata do processo de injustiça social/ocupacional na história de vida das mulheres negras, que residem em Ceilândia, compreendendo e nomeando esse fenômeno.

O objetivo desta pesquisa é dar espaço para a percepção dessas mulheres e discutir tais aspectos. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la.

A sua participação se dará por meio de entrevista que será gravada. A pesquisa ocorrerá em local e horário previamente agendado, na data combinada com um tempo estimado em quarenta minutos, em apenas um encontro para sua realização.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem provocar um desconforto pelo tempo exigido ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos. Os riscos estão relacionados ao conteúdo, assunto que podem provocar constrangimento, invasão de privacidade, fortes emoções, ansiedade e receio, a forma de minimizá-los será por meio da **compreensão prévia de todos os participantes da pesquisa acerca dos objetivos e instrumentos a serem utilizados no estudo, assim como serão revistas criteriosamente as questões que possam trazer algum tipo de incômodo aos participantes**. Se você aceitar participar, **estará contribuindo para aprofundamento e compreensão do fenômeno social estudado, maior conexão de significados com a realidade pesquisada e os dados podem ser utilizados para estratégias de enfrentamento do racismo e sexismo.**

A Senhora pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para a senhora. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Todas as despesas que você (**você e seu acompanhante, quando necessário**) tiver (**tiverem**) relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa ou exames para realização da pesquisa) serão cobertas pelo pesquisador responsável.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você deverá buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na **Universidade de Brasília** podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. Se a Senhora apresentar qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Josenaide Engracia dos Santos, na Universidade de Brasília no telefone 61-33770615 e 61-91640758, no horário de 8 às 17 horas, disponível inclusive para ligação a cobrar. **josenaidepsi@gmail.com.**

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com a Senhora.

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável
Nome e assinatura

Brasília, ____ de _____ de _____.

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INJUSTIÇA SOCIAL: PERCEPÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Pesquisador: JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 88726418.9.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.731.619

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo que busca compreender a perspectiva de mulheres negras acerca das oportunidades ocupacionais que tiveram e, sobretudo, as que lhes foram negadas. As mulheres serão convidadas pela pesquisadora, na própria comunidade de que faz parte. O método é o de entrevistas semiestruturadas.

A análise das entrevistas será feita usando o método de categorização de Bardin.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar as percepções e vivências ocupacionais de mulheres negras brasileiras, visando compreender melhor fatores envolvidos na injustiça ocupacional enquanto uma das facetas do racismo que atinge mulheres negras.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os possíveis benefícios são compreender vivências concretas de mulheres negras brasileiras no contexto

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.731.619

da injustiça ocupacional, pois existem poucos dados específicos de nossa realidade. Possíveis riscos são apontados na carta de revisão ética como sendo principalmente mal-estar e sofrimento ao abordar racismo, injustiça e violência sofridas pelas entrevistadas. O fato da entrevistadora ser negra, psicóloga e membro da comunidade das mulheres entrevistadas poderá favorecer o vínculo e minimizar o mal-estar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A versão anterior apresentava diversas inconsistências documentais e de procedimento, que foram sanadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os erros e problemas apontados nos documentos foram integralmente corrigidos.

Recomendações:

Recomenda-se corrigir um detalhe no início do TCLE: "Você está sendo convidada" (já que apenas mulheres irão participar).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências, apenas a recomendação acima, que não impede a aprovação do Projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_10996669.pdf	17/06/2018 13:53:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoIH.docx	17/06/2018 13:53:13	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Outros	cepCHScartadencaminhamentopendencias.pdf	17/06/2018 13:48:58	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	cepihmodelotclerevisado.pdf	17/06/2018 13:47:52	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.731.619

Ausência	cepihmodelotclerevisado.pdf	17/06/2018 13:47:52	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Outros	cartarevisaoeticarevisadasegundoparec erdocomite.pdf	17/06/2018 13:39:08	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	30/04/2018 17:33:55	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Instrumentodecoletadedados.docx	22/04/2018 11:57:31	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Outros	cartadeaceite.pdf	22/04/2018 10:01:45	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Josenaide.pdf	22/04/2018 10:00:29	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Outros	AnaCaroline.pdf	22/04/2018 09:58:08	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Outros	cepCHScartadencaminhamento.pdf	22/04/2018 09:54:17	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/04/2018 09:23:54	JOSENAIDE ENGRACIA DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 23 de Junho de 2018

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br